



DÓLAR ABRE EM ALTA COM DISPARADA DO PETRÓLEO E CENÁRIO ELEITORAL NO RADAR

O dólar abriu em alta nesta quinta-feira (8), com o avanço do petróleo no exterior e em meio à expectativa pela divulgação de uma nova pesquisa do Datafolha sobre o 2º turno das eleições.

Por volta das 9h35, a moeda americana avançava 0,11%, a R\$ 5,019. No exterior, o índice DXY, que mede o desempenho do dólar ante seis outras divisas fortes, subia 0,02%, próximo da estabilidade.

No mesmo horário, o petróleo subia 4,85%, a US\$ 105,04, em meio à preocupação dos investidores com os efeitos da alta da commodity sobre a inflação.

Pela manhã, o exterior também influenciava os juros futuros. As taxas dos

DIs com vencimento em 2029 e 2030, que refletem as expectativas do mercado para a trajetória da taxa básica de juros, subiam a 12,45% e 12,52%, respectivamente, em altas de 2 pontos-base cada.

O temor acompanha reportagem da revista The Atlantic que afirmou que o presidente dos EUA, Donald Trump, estaria considerando novos ataques ao Irã antes das eleições legislativas de meio de mandato, marcadas para novembro. Segundo a publicação, a Casa Branca teria pedido ao Pentágono que elaborasse opções para atacar instalações no Irã antes das eleições.

Na véspera (7), a moeda americana fechou em alta de 0,74%, a R\$ 5,014,

enquanto a Bolsa recuou 0,74%, a 204.302 pontos, em movimento mais moderado que o observado lá fora. Nos EUA, os índices S&P 500, Nasdaq e Dow Jones caíram 0,22%, 0,22% e 0,66%, respectivamente.

O pregão foi marcado por uma correção após as quedas dos últimos pregões, quando a moeda foi pressionada pela euforia com os resultados do primeiro turno das eleições.

A alta também ocorreu em meio à maior cautela nos mercados globais, com a valorização do petróleo voltando a gerar apreensão entre investidores. No exterior, o índice DXY, que mede o desempenho do dólar frente a outras seis divisas fortes, avançou 0,46% durante o dia.

Folhapress



DESTAQUES DO DIA



Tesouro vende R\$ 33,3 bi em prefixados após queda dos juros; volume é o maior desde dezembro de 2020

OMC dobra previsão para comércio global com inteligência artificial



Tendência coreana de 'pele de vidro' apresenta riscos, dizem especialistas



Lula diz que Flávio Bolsonaro inventa 'lorota' sobre 6x1 e cobra que bancada do PL vote a favor da medida

Galípolo fala em demora injustificada na fiscalização do Master em depoimento à PF

NO MUNDO

Faixa de Gaza tem 82% das construções danificadas três anos após 7 de Outubro



Há três anos, na manhã de 7 de outubro de 2023, terroristas do Hamas romperam a fronteira da Faixa de Gaza e invadiram comunidades e cidades do sul de Israel. O ataque, o mais mortal da história do país, matou 1.221 pessoas, e outras 251 foram sequestradas.

As Forças Armadas de Israel responderam ao atentado com bombardeios e com uma operação terrestre na Faixa de Gaza. O território palestino foi reduzido a escombros.

O governo do primeiro-ministro Binyamin Netanyahu estabeleceu como objetivos destruir as

capacidades militares e de governo do Hamas e libertar os reféns levados pelo grupo. Tel Aviv afirma desde então que seus ataques têm como alvo combatentes e estruturas militares e acusa a facção de instalar sua infraestrutura em áreas civis densamente povoadas.

Três anos depois, o tamanho da operação pode ser medido também pelo pouco que ficou de pé. A avaliação mais recente do Unosat, centro de satélites das Nações Unidas, identificou danos em 201.290 estruturas, o equivalente a 82% de todas as construções da Faixa de Gaza. A análise foi feita a partir de

imagens registradas em 16 de junho deste ano.

Desse total, 134.422 estruturas foram classificadas como completamente destruídas. Outras 13.848 sofreram danos graves; 28.096, danos moderados, e 24.924 apresentavam possíveis avarias. O órgão estima ainda que 328.627 unidades habitacionais tenham sido atingidas. Imagens de antes e depois de diferentes pontos do território, divulgadas no fim de setembro pelo serviço do Google Earth, mostram ruas e bairros inteiros substituídos por terrenos cobertos de escombros.

Folhapress

Itália aprova reforma eleitoral de Meloni que facilita maiorias e limita votos do exterior

A Câmara dos Deputados da Itália aprovou nesta quinta-feira (8) uma reforma na lei eleitoral proposta pelo governo de Giorgia Meloni. As mudanças acontecem meses antes das próximas eleições para o Parlamento, previstas para 2027, provavelmente no primeiro semestre.

O governo justifica sua iniciativa afirmando que a nova lei eleitoral promoverá estabilidade política ao favorecer a formação de coligações mais sólidas. Para a oposição, trata-se de mudar as regras para evitar uma eventual derrota da direita nas urnas.

Uma das principais mudanças é a eliminação do sistema majoritário no Parlamento para a adoção do chamado "proporcional puro", com as cadeiras distribuídas de acordo com o desempenho dos partidos

nas urnas. As regras anteriores, em sistema misto, estavam em vigor desde 2017.

Com a intenção de garantir uma maioria nítida, o novo sistema prevê um prêmio, chamado de governabilidade. A coligação que obtiver ao menos 42% dos votos receberá 70 deputados e 35 senadores a mais, com teto de 220 deputados e 113 senadores. O Parlamento é formado por 400 deputados e 200 senadores.

A votação desta quinta aconteceu depois de meses de tensão dentro da coalizão e acusações de fogo amigo. Em julho, um trecho do projeto foi rejeitado com o voto secreto de parte dos deputados governistas. O texto foi então modificado e aprovado no Senado em setembro e agora, em via definitiva, pela Câmara. Foram 227 votos a favor e 164 contrários.

Folhapress

Ataque houthi destrói Airbus no aeroporto da capital da Arábia Saudita



Um ataque com mísseis dos rebeldes houthis do Iêmen destruiu nesta quinta-feira um avião da estatal saudita Saudia no aeroporto internacional Rei Khalid, em Riad, capital da Arábia Saudita.

O incidente ocorre em meio a uma escalada intensa dos bombardeios dos houthis, aliados do Irã, contra o reino desértico. Nesta semana, o governo saudita havia confirmado a morte de três pessoas em ações contra aeroportos, uma delas em Riad.

Segundo os houthis, que travam uma guerra civil desde 2014 contra o governo reconhecido internacionalmente do Iêmen e seus aliados sauditas, dois mísseis balísticos foram dis-

parados contra o Rei Khalid.

O governo local só confirmou que um míssil foi interceptado e seus destroços atingiram instalações civis, sem falar sobre danos ao aeroporto. Eles ficaram claros em imagens de redes sociais analisadas por sites de geolocalização.

Nelas, é possível ver tanto uma grande coluna de fumaça no aeroporto quanto os destroços incendiados de um Airbus A320 ou A321 da Saudia, que tem 64 aeronaves destes modelos na sua frota de 149 aviões.

Segundo a agência Reuters, que confirmou o ataque com testemunhas no local, o Airbus estava vazio na hora do ataque.

Ato contínuo, o grupo alemão Lufthansa e a Air

India suspenderam seus voos para Riad. Para o governo do príncipe herdeiro Mohammed bin Salman, as ações vêm numa hora péssima: a capital vai sediar a partir do domingo (11) um grande congresso mundial de empresas de energia.

O reino tem investido bilhões de dólares nos últimos anos para retrabalhar uma imagem mais moderna e menos dependente do petróleo.

No poder de fato desde 2017, Bin Salman tem navegado com dificuldade, entre o vaivém de Donald Trump acerca da região, a rivalidade com o Irã e as tentativas de negociar a paz com Israel, ora paradas apesar da pressão americana.

Igor Gielow/Folhapress

DATA
MERCANTIL

São Paulo

● JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

● Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

● EDITORIAL: Daniela Camargo
● COMERCIAL: Tiago Albuquerque
● Serviço Informativo: FolhaPress,
Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-
Dinheiro, Notícias Agrícolas.

Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

Tesouro vende R\$ 33,3 bi em prefixados após queda dos juros; volume é o maior desde dezembro de 2020



O Tesouro Nacional vendeu R\$ 33,28 bilhões em títulos públicos prefixados nesta quinta-feira (8), no maior volume para uma primeira rodada de leilão desde dezembro de 2020. Foram R\$ 27,86 bilhões em LTN (Letras do Tesouro Nacional) e R\$ 5,43 bilhões em NTN-F (Notas do Tesouro Nacional série F), com vencimentos entre 2028 e 2037.

A emissão ocorre após uma forte queda dos juros futuros na segunda-feira (5), em reação ao resultado do primeiro turno das eleições, que colocou Flávio Bolsonaro (PL) à frente de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A expectativa de uma política fiscal mais austera em um eventual governo de

Flávio reduziu o prêmio de risco embutido nos juros.

As LTN, conhecidas popularmente como Tesouro Prefixado, pagam uma taxa definida no momento da compra e não têm pagamentos de juros ao longo do período. Já as NTN-F, conhecidas como Tesouro Prefixado com Juros Semestrais, também têm taxa prefixada, mas pagam juros ao investidor a cada seis meses.

Quando os juros de mercado caem, fica mais barato para o governo emitir novos títulos prefixados, porque os investidores passam a aceitar taxas menores para emprestar dinheiro ao Tesouro. Foi essa janela que o governo aproveitou nesta quinta. "O Tesouro vende mais prefixado justamente

quando o mercado aceita travar taxa, e essa janela abriu nesta semana", afirma Mario Machado, assessor de investimentos da InvestSmart/XP.

Os juros futuros para 2029 e 2031 caíram mais de 1 ponto percentual em uma única sessão na segunda-feira. No Tesouro Direto, a taxa de compra do Prefixado 2029 saiu de cerca de 13,9% ao ano no fim de setembro para 12,55% na quarta-feira (7).

Eduardo Gonçalves, gestor de portfólio da Aurum Wealth Management, diz que o tamanho da operação também mostra que houve demanda suficiente para absorver uma oferta elevada sem pressionar as taxas.

Folhapress

AliExpress e Correios firmam acordo para acelerar entregas no Brasil

Os Correios e a plataforma de comércio eletrônico AliExpress renovaram a parceria para garantir a entrega dos pedidos feitos por consumidores brasileiros.

As empresas também assinaram um memorando de entendimentos que prevê ações para acelerar as entregas no Brasil durante os períodos de maior volume de compras do ano, como a Black Friday e o dia 11 de novembro, quando acontece o principal festival de compras do e-commerce chinês.

O objetivo é reduzir os prazos de entrega, aumentar a capacidade de processamento e melhorar a visibilidade no rastreamento dos pedidos. A expansão

das parcerias internacionais é um dos pilares do Plano de Reestruturação dos Correios.

Segundo o presidente dos Correios, Emmanuel Rondon, a parceria com o AliExpress demonstra o reconhecimento da capacidade operacional da empresa para atender um mercado em constante expansão.

"Estamos preparados para o aumento do volume de encomendas previsto para o fim do ano, com uma logística robusta e integrada, que conecta o Brasil ao e-commerce global e garante mais agilidade aos consumidores", comentou.

A assinatura aconteceu em setembro, na sede do Alibaba Group, em Hangzhou, na China.

ABR



OMC dobra previsão para comércio global com inteligência artificial



A OMC (Organização Mundial do Comércio) dobrou sua projeção de crescimento do volume do comércio de mercadorias em 2026. A estimativa passou de 1,9%, prevista em março último, para 3,9%. Para 2027, a expectativa subiu de 2,6% para 4,1%.

Os números estão na atualização do relatório Perspectivas e Estatísticas do Comércio Global, divulgado nesta quinta-feira (8). O principal motor da revisão é o investimento em inteligência artificial, que mais do que compensou os efeitos da guerra no Oriente Médio.

Os chamados bens habilitadores de IA, como chips, servidores e equipamentos de rede, responderam por 47% do crescimento do comércio de bens em valor

no primeiro semestre. O comércio desses produtos saltou 67% no período, depois de altas de 16% em 2024 e 31% em 2025, de acordo com a entidade.

A fatia desses bens no comércio mundial, que oscilou entre 7% e 8% de 2016 a 2023, chegou a 14,8% no primeiro semestre de 2026. Segundo a OMC, o investimento em IA depende muito de importações. Por isso, eleva mais o comércio do que outros tipos de gasto, como a construção civil, cujo conteúdo importado é de cerca de 2%.

Isso explica por que o comércio deve crescer acima do PIB (Produto Interno Bruto) mundial, estimado em 2,6% neste ano e 2,9% no próximo. Somados bens e serviços, o comércio global deve avançar 3,7%

em 2026 e 4,7% em 2027, projeta a entidade.

O movimento é concentrado, segundo a OMC. Os dez maiores participantes respondem por 85% das exportações e 80% das importações de bens de IA. Ásia Oriental e Sudeste Asiático fornecem a maior parte, e a América do Norte puxa a demanda. A Ásia deve responder por quatro pontos percentuais do crescimento de 3,9% do comércio de bens neste ano, mais que o total. O Oriente Médio vai na direção oposta: suas exportações devem cair 17,2% e as importações 15,4%.

O conflito na região, iniciado em março, praticamente fechou o estreito de Hormuz. As exportações de gás natural liquefeito do Oriente Médio caíram 47% no semestre.

Folhapress

POLÍTICA

Lula diz que Flávio Bolsonaro inventa 'lorota' sobre 6x1 e cobra que bancada do PL vote a favor da medida



O presidente Lula (PT) publicou um vídeo em que cobra ao rival Flávio Bolsonaro (PL) que coloque a bancada de seu partido para votar pelo fim da jornada 6x1, em que se trabalham seis dias com um de descanso.

Flávio já se posicionou de forma contrária a essa proposta de redução de jornada, chegando a chamá-la de "inoportuna" e acusar Lula de ser oportunista com a pauta. Para o candidato do PL, a redução de jornada deve ser negociada entre empregados e empregadores, e o salário deve ser proporcional às horas trabalhadas.

"Ô Flávio, ontem eu lhe cobrei: vai ou não vai votar o fim da escala 6x1? Vamos

ou não vamos garantir ao povo trabalhador ficar dois dias em casa e trabalhar cinco dias sem redução de salário. Bote sua bancada pra votar, cara! Pare de inventar lorota!", disse.

O petista se referiu a um discurso feito na véspera, em que ele questionou qual seria a postura de Flávio frente à proposta, que está sendo deliberada pelo Senado. Aprovar o fim da jornada é uma das principais metas da equipe petista nesta reta final, por ser uma proposta do governo de forte apelo popular.

"Quero ver como é que o Flávio Bolsonaro vai votar. Desafio e a votar favorável e desafio ele a pedir para o PL votar favorável. Porque eles estão inventando uma história: não, é melhor

negociar com o patrão. Como se no acordo leonino, o trabalhador tivesse alguma vantagem. Nada de aceitar barganha, é reduzir a jornada de trabalho para 5 dias de trabalho e dois de descanso", declarou Lula.

Depois do resultado do primeiro turno, em que Lula apareceu atrás do rival, houve o receio de que pudesse haver algum revés por parte do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP) no combinado de pautar e votar o tema nesta semana pós primeria etapa das eleições.

"Coloque para votar e vamos dar ao povo brasileiro o direito de descansar e ter uma jornada de trabalho civilizada".

Folhapress

Contradições do discurso econômico de Flávio expõem dúvidas no ajuste fiscal prometido pelo candidato

As contradições entre as declarações e as propostas do candidato à Presidência da República Flávio Bolsonaro (PL) expõem dúvidas sobre o programa de ajuste fiscal que ele adotará no caso de vitória no segundo turno.

A equipe dele vem prometendo fazer um duro ajuste fiscal, mas as medidas sinalizadas por ele e por sua porta-voz econômica, Daniella Marques, vêm alimentando divergências e disputas nos bastidores da campanha.

O motivo é a velocidade e o tamanho do plano de ajuste fiscal no início de um eventual governo. Ou seja, a dúvida é se Flávio Bolsonaro, caso eleito, usará o capital político para adotar medidas duras, mesmo que tenha que passar por cima de promessas feitas ao eleitor durante a campanha.

A disputa está entre escolher um ajuste gradual e um arrocho inspirado

no que foi adotado pelo presidente da Argentina, Javier Milei, no início do seu governo, aproveitando que o resultado das urnas no primeiro turno garantiu a formação de uma maioria da direita na Câmara e no Senado suficiente para aprovar PECs (Propostas de Emenda à Constituição) a partir de 2027.

Flávio Bolsonaro já disse que não fará ajuste "em cima de aposentados ou da população de baixa renda".

O candidato também sinalizou que vai fazer um "tesourazo" nos impostos, desonerar a folha de pagamentos e interromper a reforma tributária para ajustes de rota medidas que retiram receita dos cofres do governo.

Flávio Bolsonaro afirmou ainda, em entrevista ao SBT News, que não pretende acabar com os pisos constitucionais da saúde e da educação, nem desvincular esses gastos ou o salário mínimo.

Folhapress

Galípolo fala em demora injustificada na fiscalização do Master em depoimento à PF



O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, disse em depoimento à Polícia Federal ter havido "demora injustificada" na fiscalização do Banco Master, de Daniel Vercaro. Segundo ele, os dois servidores que chefiavam a área de Supervisão Bancária resistiam a apresentar informações detalhadas sobre o caso da instituição financeira.

As declarações foram reveladas pelo jornal O Estado de S. Paulo e confirmadas pela reportagem. Galípolo prestou depoimento à PF na última terça-feira (6) na condição de testemunha.

Segundo o inquérito, Belline Santana, ex-chefe de Supervisão Bancária, e Paulo Sérgio Neves de Souza, ex-diretor de Fiscalização e na época chefe ad-

junto de Supervisão Bancária, teriam atuado em favor dos interesses de Vercaro dentro do BC. A defesa de ambos nega que eles tenham adotado medidas de favorecimento ao ex-banqueiro.

Procurado, o advogado Paulo Sérgio, disse ser "lamentável que a imprensa tenha acesso ao material dos autos antes da defesa." "Assim que tivermos a oportunidade de ler o depoimento de Galípolo, poderemos comentá-lo", acrescentou.

Como mostrou a Folha de S. Paulo, integrantes do BC relataram que os lançamentos do balanço do Master foram motivo de divergência entre Paulo Sérgio e Galípolo. Uma reunião da diretoria com a equipe técnica no ano passado chegou a ter discussões acaloradas

entre eles. À PF Galípolo disse ter feito reuniões tensas com os dois servidores, cobrando providências.

Investigação interna do Banco Central concluiu, conforme relatório obtido pela Folha de S. Paulo na época, que Belline simulou contratos de serviços para um projeto social para ocultar recebimento de propina do Master ou de pessoas ligadas ao grupo.

Em nota enviada anteriormente, o advogado Leonardo Palazzi afirmou que o ex-chefe de Supervisão Bancária do BC não recebeu qualquer valor ou benefício do Banco Master. Procurada pela Folha de S. Paulo na manhã desta quinta por mensagem via WhatsApp, a defesa de Belline não se manifestou até a publicação da reportagem.

Folhapress

SAÚDE

Tendência coreana de 'pele de vidro' apresenta riscos, dizem especialistas



Gretha Costioli já foi conhecida como a "garota da pele de vidro" no TikTok. Seguindo a tendência de beleza coreana, Costioli aplicava várias camadas de produtos tônicos, sérums, essências e hidratantes, em busca de uma pele extremamente viçosa.

Costioli, de 29 anos, disse que desde a adolescência aplicava hidratante extra por causa de sua pele naturalmente seca. Quando a tendência da "pele de vidro" se popularizou nas redes sociais, ela aderiu completamente, chegando a experimentar um método que exigia sete camadas diferentes de tônico hidratante.

Pode parecer exagerado, mas esse tipo de rotina elaborada de cuidados com a pele tem se tornado

cada vez mais popular no TikTok e no Instagram, onde influenciadoras de beleza frequentemente se filmam usando produtos para alcançar a pele brilhante, quase refletora, conhecida como "pele de vidro". Celebidades como Kylie Jenner e Hailey Bieber amplificaram a tendência, publicando seus rituais que resultaram em uma pele viçosa semelhante.

A tendência da pele de vidro tem suas raízes na cultura de beleza sul-coreana, onde o termo é usado para descrever uma tez excepcionalmente lisa e sem poros visíveis. A expressão parece ter surgido no início e meados da década de 2010 e teve um grande aumento de popularidade no final de 2025 e início

de 2026, de acordo com o Google Trends. Quem segue as rotinas complexas afirma que sua pele se beneficia das camadas de hidratação, e os espectadores ficam fascinados pelos vídeos com efeito ASMR, nos quais influenciadoras tocam seus rostos com os dedos e ferramentas de beleza para alcançar a pele perfeita.

De acordo com a Academia Americana de Dermatologia, certos aspectos da rotina para uma pele perfeita, como hidratação e uso de protetor solar, são passos positivos para uma pele saudável. No entanto, o uso excessivo de produtos pode causar problemas como poros obstruídos, irritação e acne, segundo a associação.

CNN

Mais comum, porém cada vez mais curável: o novo retrato do câncer de mama



Gosto de começar esta conversa com duas verdades que, à primeira vista, parecem se contradizer, mas que, juntas, contam a história real do câncer de mama em 2026.

A primeira é que o câncer de mama se tornou mais frequente. O número de novos diagnósticos continua elevado e, em diversos países, a incidência vem aumentando, inclusive entre mulheres mais jovens.

A segunda é talvez ainda mais importante: o câncer de mama nunca esteve tão bem compreendido, tão bem tratado e, em muitos cenários, é extremamente curável quando diagnosticado no início.

Nas últimas cinco décadas, poucas áreas da medicina evoluíram tanto. Uma doença durante muito tempo associada quase ine-

vitavelmente a mutilação, sofrimento e morte apresenta hoje excelentes perspectivas de cura em muitos casos diagnosticados precocemente. Entender essas duas realidades é fundamental para falar sobre câncer de mama com informação, e não com medo.

Segundo o Instituto Nacional de Câncer (INCA), são estimados 78.610 novos casos no Brasil em 2026. Há várias razões para esse número.

Vivemos mais, e o câncer de mama está fortemente relacionado à idade. Também diagnosticamos melhor: mamografia, ultrassonografia, ressonância magnética e outros métodos permitem identificar tumores menores e mais precoces.

Há ainda mudanças no padrão reprodutivo, como gestações mais tardias,

Aedes aegypti: 49% dos municípios avaliados no Brasil estão em alerta

Cerca de 49,2% de 3.732 cidades no Brasil estão sob situação de alerta ou de risco para o Aedes aegypti, mosquito transmissor da dengue, chikungunya e zica. O resultado consta no 2º ciclo do Levantamento Rápido de Índices para Aedes aegypti (LIRAA) divulgado na terça-feira (7) pelo Ministério da Saúde.

Ao todo, o país possui 5.569 municípios. O índice abrange apenas a parcela das cidades que informaram dados para a pesquisa que foi realizada entre maio e agosto de 2026.

Os dados da pasta mostram também que a maior parte dos focos está em recipientes. Vasos e pratos de plantas, garrafas e outros objetos que podem acumular água correspondem a 42,3% dos criadouros identificados. Na sequência,

aparecem os reservatórios de água, como caixas d'água e tonéis (26,1%), e pneus e resíduos sólidos, incluindo garrafas PET, latas e entulho (23%).

Na parcela olhada por regiões, o perfil dos criadouros varia. Na Região Norte, predominam pneus e resíduos sólidos. Na Região Nordeste, destacam-se os recipientes utilizados para armazenamento de água. Já nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, a maior concentração está em vasos, pratos de plantas, garrafas e outros recipientes.

Os resultados do LIRAA acontecem em meio a aproximação do verão e as condições climáticas intensificadas ao El Niño. O objetivo da pesquisa é ajudar estados e municípios a se prepararem para o período de maior proliferação do mosquito.

CNN



menor número de filhos e períodos menores de amamentação. Somam-se fatores modificáveis, como obesidade, sedentarismo, alimentação inadequada e consumo de álcool. Nenhum deles isoladamente determina que uma mulher terá câncer, mas ajudam a explicar parte do aumento da incidência.

Conhecer o risco não significa viver com medo. Significa agir sobre aquilo que pode ser modificado e acompanhar adequadamente o que não pode.

A revolução ocorreu nos medicamentos. Do tamoxifeno e do trastuzumabe chegamos às terapias endócrinas modernas, inibidores de CDK4/6, medicamentos anti-HER2, imunoterapia, inibidores de PARP e anticorpos conjugados a drogas, os ADCs. CNN

PUBLICIDADE LEGAL

EVEN SP 107 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ/MF nº 39.514.370/0001-82 - NIRE 35.236.485.244

EXTRATO DE ATA DE RESOLUÇÃO DE SÓCIA PARA REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL E ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Por considerar excessivo ao objeto da EVEN SP 107 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. ("Sociedade"), a sócia resolveu, em 07 de outubro de 2026, nos termos do art. 1.082, inciso II do Código Civil, realizar a redução do capital social da Sociedade no valor de R\$ 2.590.053,00 (dois milhões, quinhentos e noventa mil e cinquenta e três reais). Tal redução produzirá efeitos decorridos 90 (noventa) dias após a publicação deste extrato, sem a oposição de terceiros, com arquivamento da respectiva Alteração de Contrato Social da Sociedade perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo. São Paulo/SP, 07 de outubro de 2026. Sócia: Even SP 108 Empreendimentos Imobiliários Ltda.

EVEN SP 108 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ/MF nº 39.514.946/0001-01 - NIRE nº 35.236.485.503

EXTRATO DE REUNIÃO DE SÓCIAS PARA REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL E ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Por considerar excessivo ao objeto da EVEN SP 108 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. ("Sociedade"), as sócias, por unanimidade e sem ressalvas, deliberaram e aprovaram em 07 de outubro de 2026, nos termos do art. 1.082, Inciso II do Código Civil, realizar a redução do capital social da Sociedade no valor de R\$ 2.590.053,00 (dois milhões, quinhentos e noventa mil e cinquenta e três reais). Tal redução produzirá efeitos decorridos 90 (noventa) dias após a publicação deste extrato, sem a oposição de terceiros, com arquivamento da respectiva Alteração de Contrato Social da Sociedade perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo. São Paulo/SP, 07 de outubro de 2026. Sócias: Even Construtora e Incorporadora S.A. e Evenpar Participações Societárias Ltda.

EVEN SP 121 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ/MF nº 12.360.052/0001-58 - NIRE 35.300.487.117

EXTRATO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Por considerar excessivo em relação às atividades sociais da Even SP 121 Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia"), a acionista aprovou em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de outubro de 2026, às 9h00, nos termos do art. 173, da Lei 6.404/76 ("LSA"), a redução do capital social da Companhia no montante de R\$ 2.590.053,00 (dois milhões, quinhentos e noventa mil e cinquenta e três reais). A redução de capital somente se tornará efetiva após (i) a publicação deste extrato, nos termos da LSA; e (ii) decurso do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação deste extrato, sem que tenha sido apresentada, pelos credores quirografários, oposição a essa deliberação ou, se tiver havido oposição, mediante a prova do pagamento e/ou depósito judicial dos valores devidos a tais credores, conforme estabelecido no artigo 174, §2º, da LSA, com arquivamento da respectiva Ata da Assembleia Geral da Companhia perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo. São Paulo/SP, em 07 de outubro de 2026. p.p. Mariana Senna Sant'Anna e Cláudia Regina Albuquerque Representantes da Even SP 121 Empreendimentos Imobiliários S.A.

Lithocenter S.A. Centro de Tratamento de Cálculos Renais e Biliares

CNPJ/MF nº 64.092.042/0001-82 - NIRE 35.300.129.261

Edital de Convocação

Ficam os Senhores Acionistas do **Lithocenter S.A. Centro de Tratamento de Cálculos Renais e Biliares**, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Indianópolis, 3356, Anexo 3366, Indianópolis, CEP 04062-003, inscrita no CNPJ sob o nº 64.092.042/0001-82 e inscrita na JUCESP sob o NIRE 35.300.129.261 ("Companhia"), com base no 'caput' do Art. 123, da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), convocados para se reunirem em *Assembleia Geral Ordinária* a ser realizada no dia 21 de outubro de 2026, às 10:00h, em primeira convocação, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na sede da Companhia, para ser deliberada a seguinte *Ordem do Dia*: (i) tomar as contas e os atos dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (ii) eleição dos membros da Diretoria. São Paulo/SP, 07 de outubro de 2026. Diretor: Ricardo Di Miguéli. (09, 10 e 14/10/2026)

Companhia de Concessões Rodoviárias do Novo Litoral de São Paulo

CNPJ/ME nº 55.198.181/0001-02 - NIRE 35300647807

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 01/07/2026

Data, Horário, Local: Em 01/07/2026, às 10hs, na sede da Companhia. **Convocação e Presenças:** Dispensada a convocação, em razão do comparecimento da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Marco Antonio Silvioni; e Secretário: Nei Moreira Junior. **Deliberações aprovadas:** A reeleição dos membros da Diretoria, todos com mandato de 2 anos contados da presente data: (i) **João Garcia Couri Neto**, brasileiro, administrador de empresas, para ocupar o cargo de Diretor Presidente; (ii) **José Roberto de Jesus Pinheiro**, brasileiro, administrador de empresas, para ocupar o cargo de Diretor Administrativo-Financeiro; e (iii) **Augusto Leonardo Schein**, brasileiro, engenheiro, para ocupar o cargo de Diretor de Engenharia e Operações. **5.1.** Os Diretores eleitos declaram conhecer e atender aos requisitos de investidura previstos na Lei nº 6.404/76, especialmente em seus artigos 145, 147 e 149, bem como no Estatuto Social da Companhia e declaram sob as penas da Lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. **5.2.** Os Diretores ora eleitos comprometem-se a exercer suas atribuições em observância aos deveres fiduciários de diligência, lealdade e informação, atuando no melhor interesse da Companhia, em conformidade com a legislação aplicável, o Estatuto Social, as deliberações dos órgãos sociais e as políticas corporativas de governança, integridade, gestão de riscos, controles internos, prevenção à corrupção, proteção de dados, gestão de conflitos de interesses e confidencialidade. **5.3.** Os Diretores serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura dos competentes Termos de Posse e a Companhia autorizada a adotar todas as providências necessárias à formalização da investidura e do exercício dos mandatos. São Paulo, 01/07/2026. JUCESP nº 382.531/26-7 em 06/10/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

FJAS Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF nº 10.438.320/0001-81 - NIRE 35.222.575.157.

Redução de Capital Social.

Os sócios decidem, neste ato, por unanimidade e sem quaisquer restrições ou ressalvas, reduzir o capital social da Sociedade em **R\$ 4.000.000,00**, nos termos do Artigo 1.082, inciso II, e Artigo 1.084 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil Brasileiro"), tendo em vista que o capital atual é excessivo em relação ao objeto da Sociedade. Em razão da redução do capital social acima deliberada, são canceladas **4.000.000** quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, todas de propriedade de **FJAS Participações Ltda.**, passando o capital social da Sociedade dos atuais **R\$ 70.677.884,00**, dividido em **70.677.884** quotas sociais, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, para **R\$ 66.677.884,00**, dividido em **66.677.884** quotas sociais, com valor nominal de **R\$ 1,00** cada uma.

FJAS Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 18.770.475/0001-22 - NIRE 35.227.752.464.

Redução de Capital Social.

Os sócios decidem, neste ato, por unanimidade e sem quaisquer restrições ou ressalvas, reduzir o capital social da Sociedade em **R\$ 5.900.000,00**, nos termos do Artigo 1.082, inciso II, e Artigo 1.084 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil Brasileiro"), tendo em vista que o capital atual é excessivo em relação ao objeto da Sociedade. Em razão da redução do capital social acima deliberada, são canceladas **5.900.000** quotas, com valor nominal de **R\$ 1,00** cada uma, todas de titularidade de José Augusto Schincariol, ao qual corresponderá a restituição do referido valor, passando o capital social da Sociedade dos atuais **R\$ 82.838.894,00**, dividido em **82.838.894** quotas sociais, com valor nominal de **R\$ 1,00** cada, para **R\$ 76.938.894,00**, dividido em **76.938.894** quotas sociais, com valor nominal de **R\$ 1,00** cada uma.

JEMF Participações S.A.

CNPJ/MF nº 05.062.394/0001-26 - NIRE 35.3.0019102.1

Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de outubro de 2026

Para os fins do art. 174 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), a administração da **JEMF Participações S.A. ("Companhia")** informa que foi aprovada pelos acionistas da Companhia a redução de seu capital social em função deste ter sido considerado excessivo, nos termos do art. 173 da Lei das Sociedades por Ações. O montante da redução aprovada foi de até **R\$ 6.728.301.409,41** (seis bilhões, setecentos e vinte e oito milhões, trezentos e um mil, quatrocentos e nove reais e quarenta e um centavos). A eficácia da referida redução está condicionada ao decurso do prazo legal de 60 (sessenta) dias a contar desta publicação, nos termos do art. 174 da Lei das Sociedades por Ações. Após o transcurso do referido prazo, a redução será formalizada por meio do registro em Junta Comercial de Ata de Assembleia Geral Extraordinária refletindo o montante final da redução, bem como a alteração e consolidação de seu Estatuto Social. São Paulo, 08 de outubro de 2026.

Lemniscata Ventures Participações S.A.

CNPJ/ME nº 28.770.851/0001-32 - NIRE 35.230.765.091

Ata de Assembleia Geral Extraordinária de Transformação de

Sociedade Limitada em Sociedade Anônima, com Aprovação de Estatuto Social e Eleição de Diretoria
Data, Hora e Local: Em 17/07/2026, às 10hs, na sede social. **Presença:** Presente a totalidade do capital social da sociedade limitada unipessoal, representado por seu único sócio, **Marcos Vinicius Bernardes Peigo**. Comparece, ainda, para os fins adiante especificados: **Alinie Mendes Peigo**, que comparece para adquirir de Marcos, a título oneroso, 100.000 ações ordinárias de emissão da Sociedade, representativas de 5% de seu capital social, na forma da Cláusula 5.3.1 abaixo, e para manifestar sua adesão à condição de acionista da Sociedade. Sendo Marcos e Alinie doravante denominados, em conjunto, "Partes". **Mesa:** Presidente e Secretário, **Marcos Vinicius Bernardes Peigo**. **Deliberações aprovadas:** **5.1. Transformação do Tipo Societário.** Aprovar, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das S.A. e do artigo 1.113 e seguintes do Código Civil, a transformação do tipo societário da Sociedade, até então constituída sob a forma de sociedade limitada unipessoal, sob a denominação "**Lemniscata Ventures Participações Ltda**", para a forma de sociedade anônima de capital fechado, passando a adotar a denominação social "**Lemniscata Ventures Participações S.A.**", sem solução de continuidade e sem dissolução ou liquidação, conservando a Sociedade a mesma personalidade jurídica, o mesmo CNPJ e a integralidade de seus direitos, obrigações, bens e responsabilidades, ativos e passivos, nos termos do artigo 220 da Lei das S.A. **5.2.** Fica consignado que a transformação ora aprovada conta com o consentimento unânime do único sócio da Sociedade, sendo, portanto, dispensada qualquer outra formalidade de aprovação, nos termos do artigo 221 da Lei das S.A. **5.3. Capital Social e Divisão em Ações.** Fixar o capital social da Sociedade, já transformada, em R\$ 2.000.000,00, idêntico ao capital social vigente até esta data sob a forma de sociedade limitada, integralmente subscrito e integralizado, dividido em 2.000.000 de ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, todas, até este momento, de titularidade de Marcos. **5.3.1.** Neste ato, a título oneroso, Marcos vende e transfere a Alinie, que aceita, 100.000 ações ordinárias de sua titularidade, representativas de 5% do capital social da Sociedade, pelo preço certo e ajustado de R\$ 100.000,00, correspondente ao valor nominal proporcional das ações ora alienadas, pago por Alinie a Marcos nesta data, à vista e em moeda corrente nacional, dando-lhe Marcos, neste ato, plena, geral, irrevogável e irratável quitação quanto ao recebimento do referido preço, para nada mais reclamar a esse título, passando o capital social da Sociedade, a partir desta data, a ser detido da seguinte forma: (i) Marcos Vinicius Bernardes Peigo, titular de 1.900.000 ações ordinárias nominativas, representativas de 95% do capital social; e (ii) Alinie Mendes Peigo, titular de 100.000 ações ordinárias nominativas, representativas de 5% do capital social. **5.4. Eleição da Diretoria.** Eleger, para compor a Diretoria da Sociedade, com mandato unificado de 3 anos, permitida a reeleição, Marcos, para o cargo de Diretor-Presidente, o qual passa a compor, isoladamente, a Diretoria da Sociedade, nos termos do artigo 143 da Lei das S.A., com redação dada pela Lei Complementar nº 182/2021. **5.4.1.** O membro da Diretoria ora eleito tomará posse mediante a assinatura do respectivo termo de posse, na forma do Anexo I, e permanecerá no exercício de seu cargo até a investidura de seu sucessor. **5.5. Declaração de Desimpedimento.** O Diretor ora eleito declara sob a pena da Lei, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. **5.6. Conselho Fiscal.** A Sociedade não instalará, por ora, o Conselho Fiscal. **5.7. Aprovação do Estatuto Social.** Aprovar a redação do Estatuto Social da Sociedade. **5.8. Autorizações Gerais.** Autorizar a Diretoria a praticar todos os atos necessários à consecução das deliberações ora tomadas. Nada mais. Santana de Parnaíba, 17/07/2026. JUCESP/NIRE 3530070227-1. nº 342.055/26-4 em 01/09/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I — Denominação, Sede, Objeto e Prazo de Duração. Art. 1º. **Lemniscata Ventures Participações S.A.** ("Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado, que se rege pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("Lei das S.A."). Art. 2º. A Sociedade tem sede e foro na Alameda Hong Kong, nº 84, Fazenda Tamboré Residencial 2, Parte A, na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, CEP 06543-070, podendo abrir ou fechar filiais, sucursais, agências ou escritórios em qualquer parte do território nacional ou no exterior, mediante deliberação da Diretoria. Art. 3º. A Sociedade tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista, no Brasil ou no exterior, e a prestação de serviços de assessoria e/ou consultoria de qualquer natureza, especialmente em administração e/ou gestão empresarial, e o planejamento econômico, sucessório e/ou financeiro. Art. 4º. O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. **Capítulo II — Capital Social e Ações.** Art. 5º. O capital social é de R\$ 2.000.000,00, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 2.000.000 de ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. Art. 6º. Cada ação ordinária confere a seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Capítulo III — Assembleia Geral.** Art. 7º. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 primeiros meses seguintes ao término do exercício social, e extraordinariamente sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas as formalidades de convocação previstas na Lei das S.A. Art. 8º. Independentemente das formalidades legais de convocação e publicação, será considerada regularmente instalada a Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei das S.A. **Capítulo IV — Administração.** Art. 9º. A Sociedade será administrada por uma Diretoria composta por 1 ou mais Diretores, sendo um deles o Diretor-Presidente, nos termos do artigo 143 da Lei das S.A., com mandato unificado de 3 anos, permitida a reeleição, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. Art. 10. Compete ao Diretor-Presidente, isoladamente, a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, da Sociedade, bem como a prática de todos os atos de gestão necessários ao regular funcionamento da Sociedade e à consecução de seu objeto social, observadas as limitações estabelecidas neste Estatuto e na Lei das S.A. Art. 11. A Sociedade considerar-se-á validamente obrigada quando representada por seu Diretor-Presidente; ou por 1 procurador com poderes específicos, sempre observados os limites do respectivo instrumento de mandato. Art. 12. É vedado ao Diretor-Presidente, ainda que mediante procuração, praticar atos de liberalidade à custa da Sociedade ou usar a firma social em negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, salvo mediante prévia deliberação da Assembleia Geral. **Capítulo V — Conselho Fiscal.** Art. 13. O Conselho Fiscal funcionará em caráter não permanente, nos termos do artigo 161 da Lei das S.A., sendo instalado somente quando solicitado por acionistas, nos casos e na forma previstos em lei. **Capítulo VI — Exercício Social, Lucros e Dividendos.** Art. 14. O exercício social coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que serão levantados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por lei. Art. 15. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, quando aplicável, além das demais deduções previstas em lei. Art. 16. Aos acionistas é assegurado o dividendo obrigatório mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A., ressalvada deliberação em contrário aprovada pela unanimidade dos acionistas presentes à Assembleia Geral, nas hipóteses e na forma admitidas pelo artigo 202, §3º, da Lei das S.A. **Capítulo VII — Liquidação.** Art. 17. A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante. **Capítulo VIII — Disposições Gerais.** Art. 18. Fica eleito o foro da comarca de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Estatuto Social, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

AEM Participações S.A.

CNPJ/MF nº 05.062.403/0001-89 - NIRE 35.3.0019101.3

Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de outubro de 2026

Para os fins do art. 174 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), a administração da **AEM Participações S.A. ("Companhia")** informa que foi aprovada pelos acionistas da Companhia a redução de seu capital social em função deste ter sido considerado excessivo, nos termos do art. 173 da Lei das Sociedades por Ações. O montante da redução aprovada foi de até **R\$ 6.728.301.409,41** (seis bilhões, setecentos e vinte e oito milhões, trezentos e um mil, quatrocentos e nove reais e quarenta e um centavos). A eficácia da referida redução está condicionada ao decurso do prazo legal de 60 (sessenta) dias a contar desta publicação, nos termos do art. 174 da Lei das Sociedades por Ações. Após o transcurso do referido prazo, a redução será formalizada por meio do registro em Junta Comercial de Ata de Assembleia Geral Extraordinária refletindo o montante final da redução, bem como a alteração e consolidação de seu Estatuto Social. São Paulo, 08 de outubro de 2026.

Erman Participações S.A.

CNPJ/MF nº 05.062.376/0001-44 - NIRE 35.3.0019100.5

Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de outubro de 2026

Para os fins do art. 174 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), a administração da **Erman Participações S.A. ("Companhia")** informa que foi aprovada pelos acionistas da Companhia a redução de seu capital social em função deste ter sido considerado excessivo, nos termos do art. 173 da Lei das Sociedades por Ações. O montante da redução aprovada foi de até **R\$ 6.728.301.409,41** (seis bilhões, setecentos e vinte e oito milhões, trezentos e um mil, quatrocentos e nove reais e quarenta e um centavos). A eficácia da referida redução está condicionada ao decurso do prazo legal de 60 (sessenta) dias a contar desta publicação, nos termos do art. 174 da Lei das Sociedades por Ações. Após o transcurso do referido prazo, a redução será formalizada por meio do registro em Junta Comercial de Ata de Assembleia Geral Extraordinária refletindo o montante final da redução, bem como a alteração e consolidação de seu Estatuto Social. São Paulo, 08 de outubro de 2026.

Hejoassu Administração S.A.

CNPJ/ME nº 61.194.148/0001-07 - NIRE 35.3.0019255.9

Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de outubro de 2026

Para os fins do art. 174 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), a administração da **Hejoassu Administração S.A. ("Companhia")** informa que foi aprovada pelos acionistas da Companhia a redução de seu capital social em função deste ter sido considerado excessivo, nos termos do art. 173 da Lei das Sociedades por Ações. O montante da redução aprovada foi de até **R\$ 26.913.205.637,63** (vinte e seis bilhões, novecentos e treze milhões, duzentos e cinco mil, seiscentos e trinta e sete reais e sessenta e três centavos). A eficácia da referida redução está condicionada ao decurso do prazo legal de 60 (sessenta) dias a contar desta publicação, nos termos do art. 174 da Lei das Sociedades por Ações. Após o transcurso do referido prazo, a redução será formalizada por meio do registro em Junta Comercial de Ata de Assembleia Geral Extraordinária refletindo o montante final da redução, bem como a alteração e consolidação de seu Estatuto Social. São Paulo, 08 de outubro de 2026.

Masiero Industrial S.A.

CNPJ nº 50.751.643/0001-45

Convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**, na sede social em Jau-SP, na Rodovia Jau-Dois Córregos, Km 06, no dia **30/10/2026, às 14hs**, a fim de tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **I. Em Assembleia Geral Ordinária (AGO):** a) Aprovação das demonstrações financeiras/2025; b) Destinação das Reservas de Lucros; c) Eleição de Diretoria para o triênio 2026/2029. **II. Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE):** d) Outros assuntos de interesse social. Paulo Brasil Masiero, Diretor. (09, 10 e 14/10/2026)



datamercantil.com.br

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

PUBLICIDADE LEGAL

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R\$
4,9929 / R\$ 4,9935 **
Câmbio livre mercado -
R\$ 5,0122 / R\$ 5,0142 *
Turismo - R\$ 5,0235 /
R\$ 5,2035
(*) cotação média do
mercado
(**) cotação do Banco
Central
Variação do câmbio
livre mercado
no dia: +0,74%

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: -0,74%
Pontos: 204.302
Volume financeiro:
R\$ 68,482 bilhões
Maiores altas: Magazine
Luiza ON (+5,09%),
Tenda ON (+4,89%),
Marfrig ON (+4,10%)
Maiores baixas: Natura
ON (-9,03%), Embraer
ON (-5,11%), Hapvida
ON (-4,59%)
S&P 500 (Nova York):
-0,22%

Dow Jones (Nova York):
-0,66%
Nasdaq (Nova York):
-0,22%
CAC 40 (Paris): -1,22%
Dax 30 (Frankfurt):
-1,35%
Financial 100
(Londres): -0,79%
Nikkei 225 (Tóquio):
-0,92%
Hang Seng (Hong
Kong): -0,62%
Shanghai Composite
(Xangai): 0,31%
CSI 300 (Xangai e
Shenzhen): 0,23%
Merval (Buenos Aires):
-2,51%
IPC (México): -1,01%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Agosto 2025: -0,11%
Setembro 2025: 0,48%
Outubro 2025: 0,09%
Novembro 2025: 0,18%
Dezembro 2025: 0,33%
Janeiro 2026: 0,33%
Fevereiro 2026: 0,70%
Março 2026: 0,88%
Abril 2026: 0,67%
Maio 2026: 0,81%
Junho 2026: 0,16%
Julho 2026: 0,07%
Agosto 2026: -0,32%

CCAB Agro S.A.									
CNPJ/MF nº 08.938.255/0001-01									
As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão.									
As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/									
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025 (Em milhares de reais)									
BALANÇOS PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
Ativo	30/06/2026	30/06/2025	Passivo	30/06/2026	30/06/2025		30/06/2026	30/06/2025	
Circulante			Circulante			Receita operacional líquida	1.528.959	1.641.808	
Caixa e equivalentes de caixa	310.062	42.453	Fornecedores	578.644	668.974	Custos dos produtos e mercadorias vendidos	(1.389.378)	(1.526.674)	
Contas a receber de clientes	818.722	754.829	Empréstimos e financiamentos	80.627	183.274	Lucro bruto	139.581	115.134	
Estoques	264.343	208.162	Partes relacionadas	843.596	185.468	Despesas operacionais			
Impostos a recuperar	47.229	68.768	Instrumentos financeiros derivativos	17.606	77.226	Despesas com vendas	(109.404)	(106.431)	
Partes relacionadas	113	1.347	Obrigações com pessoal	6.812	5.841	Despesas administrativas e gerais	(90.681)	(61.790)	
Instrumentos financeiros derivativos	4.884	18.252	Impostos e contribuições a recolher	4.348	4.127	Outras despesas operacionais	(2.305)	(14.631)	
Outros ativos circulantes	12.086	10.219	Passivo de arrendamento	2.394	2.536	Total das despesas operacionais	(202.390)	(182.852)	
	1.457.439	1.104.030	Outros passivos circulantes	58.322	56.574	Despesas financeiras	(227.027)	(207.753)	
Não circulante				1.592.349	1.184.020	Receitas financeiras	209.021	227.308	
Contas a receber de clientes	12.371	45.019	Não circulante			Resultado financeiro líquido	(18.006)	19.555	
Impostos diferidos	115.052	145.053	Passivo de arrendamento	3.844	3.354	Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(80.815)	(48.163)	
Outros ativos não circulantes	848	853	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	4.561	5.332	IRPJ e CSLL – corrente e diferido	(37.451)	16.014	
Ativos mantidos para venda	3.500	3.500		8.405	8.686	Prejuízo líquido do exercício	(118.266)	(32.149)	
	131.771	194.425	Patrimônio líquido			DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES			
Imobilizado	1.113	713	Capital social	110.198	110.198	Prejuízo líquido do período	(118.266)	(32.149)	
Ativos de direito de uso	6.237	4.727	Reserva de capital	107.523	107.523	Ganho (perda) sobre hedge (NDF) de fluxo de caixa	16.353	(38.973)	
Intangível	67.762	62.747	Reserva de lucros	45.807	177.949	Perda sobre hedge (SWAP)	(4.386)	(4.726)	
	75.112	68.187	Prejuízos acumulados	(180.530)	(194.406)	Efeito de IRPJ e CSLL	(4.069)	14.754	
Total do ativo	1.664.322	1.366.642	Outros resultados abrangentes	(19.430)	(27.328)	Ganho (perda) sobre hedge de fluxo de caixa, líquida de impostos	7.898	(28.945)	
			Total do passivo e patrimônio líquido	1.664.322	1.366.642	Resultado abrangente do exercício	(110.368)	(61.094)	
						DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					30/06/2026 30/06/2025				
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Reserva de capital	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido		
			Legal	fiscais					
Saldo em 30/06/2024	110.198	28.324	79.199	2.701	122.202	(109.211)	1.617	235.030	
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	3.842	-	(35.991)	-	(32.149)	
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(28.945)	
Mensuração de instrumentos financeiros, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-	-	(28.945)	
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	-	(35.991)	-	(28.945)	
Transação com acionistas e constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	
Constituição de Reserva para incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo em 30/06/2025	110.198	28.324	79.199	6.543	171.406	(194.406)	173.936		
Saldo em 1º/07/2025	110.198	28.324	79.199	6.543	171.406	(194.406)	173.936		
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(118.266)	-	(118.266)	
Mensuração de instrumentos financeiros, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-	-	7.898	
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	-	(118.266)	-	7.898	
Transação com acionistas e constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reversão Constituição de Reserva para incentivos fiscais	-	-	-	-	(132.142)	132.142	-	-	
Saldo em 30/06/2026	110.198	28.324	79.199	6.543	39.264	(180.530)	(19.430)	63.568	
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS									
1. Contexto operacional: A CCAB Agro S.A. ("Companhia"), constituída em 30/05/2007, com sua sede social localizada na Alameda Santos, 2.159 – 6º andar, São Paulo, estado de São Paulo, tem como missão primordial o desenvolvimento do negócio de defensivos agrícolas, gerando para seus sócios valor incremental através de toda a cadeia produtiva do agronegócio. Como parte do plano de desenvolvimento da Companhia, em 29/12/2016, a Companhia passou a ter como seu sócio controlador a INVIVO, um grupo francês, com mais de 200 Cooperativas associadas, que tem suas atividades divididas em três áreas: Agricultura ("Invivo Agro"); Varejo ("Invivo Retail"); e Vinho ("Invivo Wine"). Atualmente a Companhia tem como sócias as empresas INVIVO Agrosociências e CCAB Participações Ltda. 2. Base de preparação: A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião da diretoria realizada em 24/07/2026. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números apresentados ao longo destas demonstrações financeiras podem não perfazer precisamente os totais apresentados. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.									
DIRETORIA									
Eric Charles Seban – Diretor Executivo									
CONTADOR									
João Victor Viana da Costa – CRC 1PR 058.178/0-9 T-SP									
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS									
Aos Administradores e Quotistas da CCAB Agro Ltda., São Paulo – SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da CCAB Agro S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30/06/2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30/06/2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria									
realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a									
(Aumento) redução nos ativos operacionais: Contas a receber (59.665) (223.441) Partes relacionadas a receber 1.234 (337) Estoques (60.766) (24.328) Impostos e contribuições a recuperar 11.338 (18.003) Outros ativos (1.851) 24.256 Aumento (redução) nos passivos operacionais: Fornecedores (113.904) 246.649 Partes relacionadas a pagar (467) 1.565 Impostos, taxas e contribuições a recolher 221 (1.169) Obrigações com pessoal 971 (201) Outros passivos (1.051) 40.060 Caixa aplicado nas operações (152.875) (43.703) Juros pagos dos empréstimos (37.936) 24.424 Juros pagos do mútuo (34.853) (64.921) IRPJ e CSLL pagos (1.318) - Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais (226.982) (133.048) Fluxos de caixa das atividades de investimento Aquisições de ativo imobilizado, ativo direito de uso e intangível (6.710) (6.735) Instrumentos financeiros derivativos liquidados (96.552) 35.461 Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento (103.262) 28.726 Fluxo de caixa das atividades de financiamento Captação de empréstimos e financiamentos – terceiros 69.000 170.580 Captação de empréstimos e financiamentos – partes relacionadas 741.115 792.434 Amortização de empréstimos e financiamentos (164.681) (145.725) Passivo de arrendamento (3.577) (1.003) Amortização de mútuo com empresas ligadas (44.004) (710.803) Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento 597.853 105.483 Aumento do caixa e equivalentes de caixa 267.609 1.161 Caixa e equivalentes de caixa No início do exercício 42.453 41.292 No fim do exercício 310.062 42.453 Aumento do caixa e equivalentes de caixa 267.609 1.161									
não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 16/08/2026.									
ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. – CRC-SP034519/0									
Maurício Mitto Yuhara – Contador – CRC-SP260523									

NEGÓCIOS

Shake Shack chegará ao Brasil em 2027 e prevê 40 unidades



A rede americana de hambúrgueres Shake Shack chegará ao Brasil em 2027, em parceria com a Bold Hospitality Company, grupo responsável pelas operações do Outback.

O acordo prevê a expansão da marca para 40 restaurantes no Brasil nos próximos 10 anos.

Segundo comunicado da Bold Hospitality, a primeira unidade será aberta na cidade de São Paulo.

A operação será desenvolvida pela companhia

por meio de um contrato exclusivo de master-franquia, e Mauro Guardabassi assumirá a presidência da Shake Shack.

Ainda de acordo com a empresa, o cardápio contará com itens como ShackBurger, Chicken Shack, batatas fritas e frozen custard. A Bold também prevê parcerias com produtores e fornecedores locais.

A marca Shake Shack foi fundada em 2004 e tem mais de 710 restaurantes no mundo, sendo cerca de 460 nos Estados Unidos

e mais de 250 unidades internacionais em cidades como Londres, Hong Kong, Xangai, Singapura, Cidade do México, Istambul, Dubai, Tóquio e Seul, entre outras.

Já a Bold Hospitality Company formou-se em 2025 a partir de uma parceria entre a Vinci Compass e a Bloomin' Brands Inc. A companhia opera mais de 200 restaurantes de Outback Steakhouse, Abbraccio e Aussie em 22 estados brasileiros e no Distrito Federal.

CNN

ADRs da Embraer sobem mais de 5% após primeiro voo de Gripen feito no Brasil

Os ADRs (recibos de ações negociados nos EUA) da Embraer dispararam mais de 5% nesta manhã de quinta-feira (8) após a divulgação que o primeiro caça Gripen fabricado no Brasil realizou o seu primeiro voo.

Antes da abertura do mercado nos EUA, os papéis da fabricante de aviões subiam 5,11%, a US\$ 75,48 (R\$ 378,58), por volta das 5h (horário de Brasília). No dia anterior, os ADRs da empresa fecharam em queda de 4,51%.

O Gripen E decolou da pista da Embraer em Gavião Peixoto, no interior paulista, e completou seu teste sem problemas na última terça-feira (6).

O avião para um piloto é o primeiro dos 15 que serão fabricados na linha conjunta da fabricante sueca Saab e da empresa brasileira, dentro do programa de transferência de tecnologia que é a base do contrato para a compra de 36 aviões pelo

Brasil, assinado em 2014.

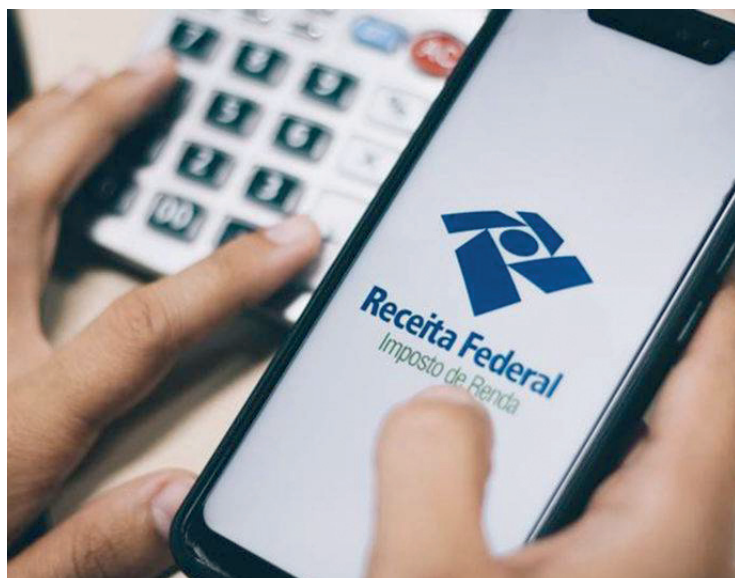
Outra companhia brasileira que estava em valorização nesta manhã era a Petrobras, com alta de 1,46% em seus ADRs, por volta das 7h45, refletindo a disparada que o preço do petróleo teve nesta quinta. O barril Brent, referência mundial, chegou a subir mais de 5%, ultrapassando US\$ 105, maior valor em duas semanas.

Já os ADRs da Vale caíam 0,37%, assim os recibos de ações dos bancos Bradesco (-2,07%), Itaú (-0,92%) e Santander Brasil (-0,51%). As ações do Nubank e da XP também operavam em queda de 0,51% e 1,25%, respectivamente.

Folhapress



Fim do split payment: proposta de Flávio gera incerteza para empresas



A proposta de Flávio Bolsonaro (PL) de extinguir o split payment acrescentou incerteza ao planejamento das empresas para a reforma tributária. A mudança dependeria de aprovação do Congresso e poderia exigir ajustes em projetos de adaptação já em andamento.

O candidato afirmou na quarta-feira (7) que acabaria com o mecanismo em um eventual governo. A justificativa é preservar o capital de giro, especialmente dos pequenos negócios. Flávio defendeu ainda a revisão da alíquota estimada do IVA, formado pela CBS e pelo IBS.

Fim do split payment pode afetar créditos tributários

O split payment separa e recolhe o imposto durante a liquidação financeira da operação. A parcela desti-

nada ao Fisco deixa de permanecer temporariamente no caixa do fornecedor, como ocorre quando o recolhimento é feito posteriormente.

A tributarista Cristina Camara reconhece o impacto sobre empresas menores, mas alerta que a retirada do mecanismo exigiria revisar sua relação com o aproveitamento de créditos.

"Ele não pode só dizer que vai revogar o split payment. Vai ter que mexer estruturalmente na reforma tributária", afirma.

Em determinadas situações, o direito ao crédito depende da extinção do débito tributário da operação anterior. Sem o recolhimento automático, o comprador poderia ficar mais exposto à inadimplência do fornecedor, ampliando a necessidade de controles.

Para Caio Cesar Braga Ruotolo, sócio do Silveira Advogados, a retirada exigiria definir o funcionamento de alternativas, como o recolhimento pelo adquirente. O objetivo seria evitar desencontros entre pagamento, crédito e responsabilidade tributária.

O mecanismo não é a única modalidade prevista para extinguir débitos de IBS e CBS. A legislação contempla alternativas, incluindo compensação com créditos e pagamento pelo próprio contribuinte.

Sabine Schuttoff, sócia do DDSA Advogados, considera legítima a preocupação com o caixa das empresas. Sua avaliação é que a resposta deveria priorizar o aperfeiçoamento da execução, em vez de necessariamente eliminar o split payment.

CNN